



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

VANESSA GOMES DE SOUZA CORRÊA

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: NARRATIVAS DE ADOECIMENTO
PSÍQUICO**

Brasília - DF

2022

VANESSA GOMES DE SOUZA CORRÊA

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: NARRATIVAS DE ADOECIMENTO
PSÍQUICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Professor Orientador: Josenaide Engracia dos Santos.

Brasília – DF

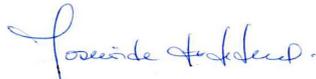
2022

VANESSA GOMES DE SOUZA CORRÊA

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: NARRATIVAS DE ADOECIMENTO
PSÍQUICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade de Brasília - Faculdade de
Ceilândia como requisito final para obtenção
do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Data da aprovação: 20/09/2022



Josenaide Engracia dos Santos - Orientador(a)
Mestre/Doutor em XXXXXX
Professor(a) da Faculdade de Ceilândia (FCE/UnB)

Amanda Carvalho da Silva - Banca
Terapeuta Ocupacional

Trabalhadoras domésticas negras: Narrativas de adoecimento psíquico

Vanessa Gomes de Souza Corrêa¹

Josenaide Engracia dos Santos²

Amanda Carvalho da Silva³

Resumo: Introdução: O adoecimento psíquico narrado pelas trabalhadoras domésticas negras perpassa as vivências de racismo nas relações e ambiente de trabalho. **Objetivo:** Descrever as narrativas das trabalhadoras domésticas negras sobre adoecimento psíquico. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Método biográfico. **Resultados:** As entrevistas revelaram que as mulheres descrevem o adoecimento psíquico em três sentidos: Sobrecarga no trabalho, humilhação e presença de sintomas. **Considerações finais:** O resultado do estudo aponta que o trabalho doméstico ainda nos remete a história escravagista e deixam marcas na vidas dessas trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalhadora doméstica. Mulheres Negras. Depressão. Adoecimento Psíquico.

Abstract: Introduction: The psychic illness narrated by black domestic workers permeates the experiences of racism in relationships and the work environment. **Objective:** To describe the narratives of black domestic workers about mental illness. **Method:** This is a qualitative research. Biographical method. **Results:** The interviews revealed that women describe mental illness in three ways: work overload, humiliation and presence of symptoms. **Final considerations:** The result of the study shows that domestic work still reminds us of the history of slavery and leaves marks in the lives of these workers.

Keywords: Domestic worker. Black Women. Depression. Psychic Illness.

Submetido XX/XX/2022

Aceito XX/XX/2022

Publicado XX/XX/2022

¹Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade de Brasília ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0519-4652>. E-mail: vanessagscorrea1999@gmail.com

² Professora doutora adjunta do colegiado de Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília ORCID (obrigatório). E-mail: josenaidepsi@gmail.com.

³ Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade de Brasília ORCID. (obrigatório) E-mail: amandalh15@hotmail.com

Introdução

A motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa surgiu inicialmente com o meu envolvimento em uma Iniciação Científica em 2020/2021, por estudarmos o tema Trabalhadoras Domésticas Negras: Narrativas de Adoecimento Psíquico e surgiu o desejo de aprofundar na temática com enfoque na correlação mulheres negras, trabalho doméstico e adoecimento psíquico.

Existe no imaginário brasileiro um estereótipo que associa a mulher negra a funções subalternas. Tal condição subalterna é naturalizada socialmente e passa a ser comum ver estas mulheres negras desempenhando atividades domésticas como lavar, passar, cozinhar etc., afinal, esta ocupação estaria de acordo com as habilidades típicas da população feminina negra (BIROLI, 2018, p. 42). O trabalho da mulher negra é sempre associado a ocupações domésticas informais, subalternas, subserviente e sem valor agregado.

Acerca do trabalho doméstico, sabemos que persiste no imaginário brasileiro um estereótipo que associa a mulher negra às funções subalternas. Tal condição subalterna é naturalizada socialmente e passa a ser comum ver estas mulheres negras desempenhando atividades domésticas como lavar, passar e cozinhar. Dessa forma, validando a ideia que esta ocupação estaria mais adequada às habilidades da população feminina negra (BIROLI, 2018, p. 42). Afinal, o trabalho da mulher negra está associado às ocupações domésticas informais, subalternas, subserviente e sem valor agregado.

O trabalho doméstico deriva de uma perspectiva marxista, onde a trabalhadora doméstica é procedente de uma exploração advinda do modelo econômico capitalista. (Santos, Sousa e Junior, 2021) apud Nacif e Souza (2018) é um trabalho confrontado com a escravidão, onde os direitos humanos estão distantes dessas trabalhadoras, trazendo uma discriminação e uma desvalorização. Atualmente o serviço doméstico está vinculado a manter a casa limpa ou o patrimônio do patrão limpo e organizado, e muitas vezes cuidar dos filhos desses patrões, tendo dois serviços e somente um salário.

O trabalho doméstico deriva de uma perspectiva marxista, onde a trabalhadora doméstica é procedente de uma exploração advinda do modelo econômico capitalista. (Santos, Sousa e Junior, 2021) apud Nacif e Souza (2018) é um trabalho confrontado com a escravidão, onde os direitos humanos estão distantes dessas trabalhadoras, trazendo uma discriminação e uma desvalorização. Historicamente, o serviço doméstico é associado aos cuidados do patrimônio do patrão, que precisa estar sempre limpo e organizado, mas não por

eles e é acrescentado o cuidado dos filhos dos patrões, ou seja, são dois serviços, inúmeras atribuições e somente um salário.

O trabalho doméstico no Brasil é precário, com baixos salários, pouca proteção social e permeado de discriminação e assédio, situação análoga a escravidão (SANTANA, 2003). (Pereira, 2011), relata que a revogação da escravidão não alterou a dinâmica de hierarquia implementada pela lógica escravista, na prática a pós-abolição não portou a suspensão significativa na vida social de um grupo específico, as mulheres que eram escravas tornaram-se empregadas domésticas devido a necessidade de sobreviver.

As violações que ocorrem no trabalho doméstico, no Brasil, são análogas as situações vividas na escravidão, como privação de remuneração, pouca proteção social, discriminação, assédio e diversas outras formas de violência (SANTANA, 2003). (Pereira, 2011), relata que a revogação da escravidão não alterou a dinâmica de hierarquia implementada pela lógica escravista, na prática a pós-abolição não acarretou mudanças palpáveis na participação social das mulheres negras, que eram escravas e tornaram-se empregadas domésticas.

O modelo escravocrata deixou marcas na organização doméstica e ainda impacta na vida dessas trabalhadoras (COSTA, 2007), com relação a humilhação, violência e assédios permanentes. (Santos, 2021) afirma que nos dias atuais o trabalho doméstico está associado às mulheres negras, em situação de vulnerabilidade social e expostas às situações de violência racial em sua rotina de trabalho. (Passos, 2020) ressalta existir uma relação de gênero, raça e classe com os papéis desempenhados no trabalho e esta, gera uma naturalidade por parte da sociedade em relação à força de trabalho feminina e principalmente à mulher negra em decorrência da colonização. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstra que o Brasil em 2019 teve redução na proporção de mulheres ocupadas que se dedicam a esse tipo de atividade: de 17%, em 1995, para 14,6%, em 2018, em média. Todavia, o índice sobe para 18,6% entre mulheres negras, contra 10% quando se trata de mulheres brancas.

O modelo escravocrata baseou a organização do trabalho doméstico e impacta, significativamente, nas condições de vida das trabalhadoras domésticas (COSTA, 2007), que vivenciam a humilhação, violência e assédios permanentes. (Santos, 2021) afirma que atualmente o retrato do trabalho doméstico é caracterizado pelas mulheres negras em situação de vulnerabilidade social e expostas às situações de racismo em sua rotina de trabalho. (Passos, 2020) ressalta existir relação entre gênero, raça, classe e os papéis desempenhados no trabalho. E que o que fica aceito socialmente é que o trabalho doméstico é feminino e negro, isso devido aos frutos da colonização.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstra que o Brasil em 2019 teve redução na proporção de mulheres ocupadas que se dedicam a esse tipo de atividade: de 17%, em 1995, para 14,6%, em 2018, em média. Todavia, o índice sobe para 18,6% entre mulheres negras, contra 10% quando se trata de mulheres brancas. Essa é a realidade, evidencia a interseccionalidade vivenciada pelas mulheres negras, que estão subindo nos índices, enquanto os demais grupos populacionais, estão saindo das situações de vulnerabilidade.

A colonização e a confluência entre raça, gênero e classe influenciam a permanência da mulher negra no trabalho associado a subjugação, subalternidade e desvalorização de si e de seu trabalho, isso devido ao racismo estrutural (Fernandes, 2007) expõe que o racismo marca as subjetividades das pessoas negras, uma vez que, submetidas a uma existência de preconceitos. (Watkins, 2012) humilhação e constrangimento, podem desencadear processos desordenados no componente psíquico e colocam os negros em maior risco de problemas de saúde mental.

A matriz colonial e as avenidas traçadas pelas relações de raça, gênero e classe corroboram na manutenção da mulher negra nos trabalhos associados à subjugação, subalternidade e desvalorização de si e do trabalho, legitimado pelo racismo estrutural. (Fernandes, 2007) expõe que o racismo marca as subjetividades das pessoas negras, pois tem poder de ferir sua existência. (Watkins, 2012) humilhação e constrangimento, podem desencadear processos desordenados no componente psíquico e colocam os negros em maior risco de problemas de saúde mental.

Isto se aplica às mulheres negras em contexto de trabalho doméstico subjugado, podem sentir esses efeitos, inclusive adoecimento psíquico. Mas as trabalhadoras domésticas negras descrevem adoecimento psíquico? Existe uma lacuna de pesquisa sobre essa temática na academia, o último estudo foi conduzido por Santana em 2003 com trabalhadoras domésticas de Salvador-Bahia, que identificou situações de adoecimento psíquico entre trabalhadoras domésticas negras, com maior incidência de depressão. Ainda conforme a autora, apresenta dificuldade de concentração, queixas somáticas, insônia, irritabilidade, esquecimento e fadiga. Se caracterizam como situações de sofrimento mental.

Isto se aplica às mulheres negras em contexto de trabalho doméstico subjugado, podem sentir esses efeitos, inclusive adoecimento psíquico. Mas as trabalhadoras domésticas negras identificam e descrevem adoecimento psíquico? Existe uma lacuna de pesquisa sobre essa temática na academia, o último estudo foi conduzido por Santana em 2003 com trabalhadoras domésticas de Salvador-Bahia, que identificou situações de adoecimento

psíquico entre trabalhadoras domésticas negras, com maior incidência de depressão. Ainda conforme a autora, apresenta dificuldade de concentração, queixas somáticas, insônia, irritabilidade, esquecimento e fadiga. Se caracterizam como situações de sofrimento mental.

Outro estudo foi coordenado pela Tânia Araújo, professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana em 2005, que identificou Transtorno Mental Comum mais predominante em mulheres negras ou pardas, com baixa escolaridade, com o estado civil separadas, divorciadas ou viúvas, com renda mensal própria ou até um salário mínimo, com filhos e chefes de famílias (ARAUJO, PINHO e ALMEIDA, 2005).

Outro estudo coordenado, em 2005, pela professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana Tânia Araújo, identificou Transtorno Mental Comum mais predominante em mulheres negras ou pardas, com baixa escolaridade, com o estado civil separadas, divorciadas ou viúvas, com renda mensal própria ou até um salário mínimo, com filhos e chefes de famílias (ARAUJO, PINHO e ALMEIDA, 2005).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), “A depressão é um transtorno mental que interfere na vida diária, capacidade de trabalhar, dormir, estudar, comer e aproveitar a vida. É causada por uma combinação de fatores genéticos, biológicos, ambientais e psicológicos”. (Nunes, 2004), a depressão afeta a maneira como a pessoa se sente em relação a si próprio, como ver o mundo, comprometendo a alimentação, o dormir, o físico, as emoções e o prazer a respeito da vida. Essa leitura de Nunes converge com determinados conceitos da Terapia Ocupacional, como (AOTA,2015) que conceitua o que terapeutas ocupacionais acreditam como importante encontro, a conexão mente-corpo-espírito, aspecto significativo para Atividades de Vida Diária (AVD's).

Para (Santana, 2003) o que pode provocar depressão com sintomas de fadiga, choro, tristeza e o adoecimento psíquico, se baseia nos aspectos subjetivos da experiência de vida social das mulheres não brancas no trabalho. Dessa forma, o sofrimento pode advir do cansaço das tarefas, do local de trabalho e das relações de opressão racial e de gênero. (Passos, 2020) afirma que os atos racistas e sexistas resultam em intenso sofrimento psíquico.

Dessa forma, o sofrimento se relaciona a sobrecarga nas tarefas, do local de trabalho e das relações de opressão racial e de gênero.

Dessa forma, a sobrecarga de tarefas, as relações de desvalorização, desrespeito, humilhação, privação e assédio vivenciadas no trabalho, validadas pelo racismo, podem gerar o adoecimento e o sofrimento psíquico. (Passos, 2020) também afirma que o racismo e o sexismo resultam em intenso sofrimento psíquico, deixando as mulheres negras em situação de dupla vulnerabilidade.

São poucos os estudos voltados para escuta das trabalhadoras negras, portanto é necessário provocar a discussão a partir da perspectiva dessas mulheres. Pois não esqueçamos, a história do Brasil continua a mesma, ainda nos dias atuais as mulheres negras são mais vítimas de racismo e sexismo em ambiente de trabalho, o que produz sofrimento (BRITO, 2020).

Este estudo tem como objetivo descrever as narrativas das trabalhadoras domésticas negras sobre adoecimento psíquico e como essa relação com o processo de trabalho influencia sua saúde mental.

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender as narrativas das trabalhadoras domésticas negras sobre adoecimento psíquico.

Objetivos Específicos

Explicar as narrativas das trabalhadoras domésticas sobre os relatos de adoecimento psíquico.

Visibilizar as narrativas das trabalhadoras domésticas negras sobre adoecimento psíquico;

Descrever as narrativas das trabalhadoras domésticas negras sobre adoecimento psíquico;

Problematizar as narrativas das trabalhadoras domésticas negras sobre adoecimento psíquico.

Metodologia

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método biográfico, que permite acessar as vivências dos sujeitos, e a partir desse ponto identificar as experiências, os momentos e reencontros significativos para trabalhadoras domésticas negras. Afirmando o rompimento dos silêncios das participantes, priorizamos os princípios da oralidade como meio de compreender os fenômenos e situações a partir da narração de uma trama de acontecimentos vivenciados (SANTOS e DAVEL, 2021).

Os dados analisados são dados primários, a partir das narrativas autobiográficas recolhidas por meio de entrevistas (SANTOS, 2020). A apresentação das narrativas, como reconstrução dos significados das suas vivências e as ferramentas para observação e apresentação do pesquisador são dados que sobrepõem e complementa a interpretação da profundidade da realidade pesquisada, na ótica contextual da qual essa individualidade é produto/produtora, como na visão pessoal/social do narrador (ABRAHÃO, 2003).

As participantes foram três trabalhadoras domésticas que se autodeclararam negras, tendo como critérios de inclusão as que estão ou já estiveram em exercício, babás, diarista, que dormem no serviço ou não e ser maior de 18 anos de idade. Das três participantes, duas eram solteiras, com renda referente a dois salários mínimos e uma era viúva com renda referente a um salário mínimo.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, com roteiro previamente elaborado. De acordo com (Gil, 2008), entrevistas semiestruturadas são despadronizadas, possibilitando um roteiro flexível capaz de explorar amplamente as questões. (Ocampo, 2015) afirma que a entrevista é entendida como um “espaço relacional” que se caracteriza por uma proposta de diálogo e/ou conversações a respeito de um tema específico. Ou seja, é a busca de compreensão e o sentido das narrativas, visando melhor adentrar na construção dos significados atribuídos à experiência de vida dos entrevistados.

No primeiro momento, foi realizado contato com pesquisadores dessa linha de pesquisa e solicitado que indicassem trabalhadoras ou ex-trabalhadoras domésticas para participarem da pesquisa. Logo após, em contato com as pessoas interessadas, através do aplicativo whatsapp e e-mail, foi realizado o agendamento das entrevistas online, que ocorreram por vídeo chamada via Teams e Meet.

As entrevistadas foram informadas sobre a ética da pesquisa e todas que aceitaram assinaram a documentação prevista pelo comitê de ética. A pesquisa foi conduzida por mim e pela professora orientadora, realizadas no intervalo de março a abril de 2021, com duração de 20 a 30 minutos, com perguntas abertas e momentos para esclarecimento de dúvidas

No decorrer das entrevistas, a pesquisadora estimulou as participantes a falarem da sua rotina e vivências como trabalhadoras domésticas. As entrevistas foram gravadas, ouvidas e transcritas, sendo que no processo de transcrição foram respeitadas as grafias utilizadas pelas participantes e codificadas as falas que identificassem-as, para atender o princípio ético do sigilo.

A pesquisa atendeu ao que preconiza a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996), que regulamenta os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres

humanos, e foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Assegurando garantir a segurança das informações, conservar a intimidade, guardar a imagem das participantes da pesquisa, para efetuar o máximo de benefícios e o mínimo de malefícios.

A análise de dados foi reconstrutiva para decodificar o significado da experiência biográfica vivida no passado e a relação com o presente (GIL, 2008). Para (Rosenthal, 2004), essa etapa, dedica-se apenas aos dados que podem ser vistos como razoavelmente independentes da interpretação do entrevistado sobre sua própria vida, excluindo assim relatos baseados em sentimentos e percepções do sujeito, já que estes serão considerados de maneira sistemática em etapas subsequentes da análise.

De acordo com Santos e colaboradores (2014), a partir dos bibliografia narrada pelas entrevistadas, procede-se à formulação de hipóteses sobre as possíveis implicações de cada acontecimento, traçando assim o percurso vivenciado ao longo da vida, descartando-se o pressuposto de que haveria algum tipo de determinismo na trajetória de vida.

Ainda segundo (Rosenthal, 2004) utilizar de recursos discursivos variados, como argumentação, descrição e a própria narrativa é um método relevante para se chegar à identificação do interesse de apresentação do entrevistado e os campos onde se desenrolam o seu relato da vida. Santos e colaboradores (2014) relatam que, posteriormente, os pesquisadores procedem à reconstrução biográfica, distinguindo e confrontando a vida narrada e a interpretação da vida vivenciada, ampliando a compreensão do olhar social a partir da própria biografia.

O projeto foi aprovado pelo comitê de ética do Instituto de Ciências Humanas da UnB CAEE 93576518.1.0000.5540, número do Parecer: 2.927.031 em 2018.

Resultados

As trabalhadoras entrevistadas têm idades entre 30 e 60 anos. As mais velhas começaram a trabalhar quando tinham cerca de 8 a 13 anos, muitas vezes sem terem concluído os estudos. Todas se autodeclararam negras. As entrevistas revelaram que as mulheres descrevem o adoecimento psíquico em três sentidos: Sobrecarga no trabalho, humilhação e presença de sintomas como choro contínuo, cansaço, descontrole, medo, entre outras emoções.

Sobrecarga no trabalho

(Corrêa, 2017) identifica que um dos principais pontos de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas é a exposição a longas jornadas de trabalho. Adicione-se a isso ambientes de trabalho inadequados, assim como a exposição a diversas formas de abuso constituídas pelas mudanças arbitrárias.

Segundo (Duarte, 2020) o cansaço físico é real e implacável para as trabalhadoras domésticas, afetando de forma mais intensa as mulheres idosas. Excessivas horas destinadas a passar, cozinhar, lavar e cuidar de crianças, somadas ao racismo nas relações formais de trabalho geram a exaustão física e mental. Na maior parte dos casos, o trabalho não é temporário e demanda anos de serviço à uma mesma família, conforme os relatos.

E1: É eu saia cansada né. Acabada, despedaçada, enfim. Eu cheguei em casa mesmo, já viu o bagaço da laranja? Era dessa forma que eu chegava em casa. Só que eu resolvi não retornar mais para o trabalho porque eu estava cansada, estava frustrada, tava triste, eu tava chateada, eu achei que ela deveria ter entendido a minha situação, isso foi do meu ponto de vista, eu achei que ela poderia ter entendido a minha situação.

E2: É eu saia cansada né. E eu também não sabia andar de chinela né, era cada salto que eu ia que eu fico pensando olha que coisa.

O excesso de horas destinadas ao trabalho remete a logística da escravidão, (Lélia Gonzales, 1984 p.230) diz que a doméstica nada mais é do que a mucama permitida, destinada a prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Para Carneiro, o trabalho doméstico é “o elo de continuidade entre a sociedade colonial e a atual”. (Pinho e Araújo, 2012) revelaram que as mulheres com alta sobrecarga doméstica apresentaram maior prevalência de transtornos mentais comuns.

(Duarte, 2020) aponta que o trabalho doméstico dá continuidade aos padrões escravagistas, que favorecem sujeitos específicos, enquanto a mulher negra permanece na camada menos favorecida da sociedade, destinada ao trabalho doméstico. Conforme vemos nos depoimentos:

E3: E eu sem experiência de nada enterrava tudo, eu trabalhava nove, dez da noite, eu acordava cedo, porque tinha que acordar cedo, era aquela vida, eu não tinha carteira assinada, eu trabalhava como se fosse uma escrava.

(Bernardino, 2015) argumenta que existe uma forte associação do trabalho doméstico ao trabalho escravo. Isso como produto do sistema moderno capitalista/colonial associado

também ao negro. O autor destaca que o trabalho doméstico associado ao negro está presente no imaginário social, que delimita as pessoas negras o trabalho braçal e não intelectual. Autorizando como vimos nos discursos, submeter as trabalhadoras domésticas a um excesso da jornada de trabalho, sobrecarga de tarefas e do alargamento de suas jornadas.

E3: Eu achava que era escravidão, porque a gente tinha que trabalhar como eles queriam e na hora da alimentação, alimentação que sobrasse, que ficasse por ultimo né, uma sala diferenciada com uma porta no meio que na hora da janta fechava a porta e a empregada ficava recoada, fosse baba, fosse o que fosse, aquele grupinho tinha que ficar ali recuado até a hora do ultimo prato sair da mesa pra poder tirar a mesa e o que sobrasse tinha que comer.

A humilhação

A discriminação relativa ao trabalho doméstico nasce, pois, de sua representação ligada à condição escrava e, conseqüentemente, à sua desvalorização social. No período escravista, a assimilação da posição social à identidade racial indicava certa equivalência entre a cor e o exercício de certas atividades, ou seja, ser escravo significava ser negro e as atividades realizadas pelos negros, na maioria das vezes, eram atividades desprestigiadas (SILVA, ARAUJO, MOREIRA e BARROS, 2017). O que submetia as pessoas escravizadas a muitas humilhações. (Gonzalez, 1982) diz, ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.

O olhar discriminatório e a desvalorização em relação ao trabalho doméstico foi construído nos pilares da escravidão. No período escravista, a assimilação da posição social à identidade racial indicava certa equivalência entre a cor e o exercício de certas atividades, ou seja, ser escravo significava ser negro e as atividades realizadas pelos negros, na maioria das vezes, eram atividades desprestigiadas (SILVA, ARAUJO, MOREIRA e BARROS, 2017). O que submetia as pessoas escravizadas a muitas humilhações. (Gonzalez, 1982) aponta que ser negra no Brasil, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que a nacionalidade colonizada, o, sexismo e racismo às mantém no mais baixo nível de opressão.

(Duarte, 2020) submetidas a humilhação e ao sofrimento desde quando retiradas do seu continente, as mulheres negras cuidaram e cuidam de filhos e casas de outrem, proporcionando satisfação e alívio, ao mesmo tempo sendo colocadas em situações de excessiva violência. No decorrer do tempo a mulher negra é enxergada somente como disposta a concordar, é vista pela ótica da aceitação ou silenciamento.

E1: Nesse meio período que passei lá, fui muito humilhada, ainda como empregada doméstica, mas eu fui muito humilhada, fui acusada, enfim, de ter roubado, eu fui muito humilhada, como se diz, em relação ao serviço doméstico, eu já fui, muito, muito, mas muito, muito, muito, muito, muito mesmo humilhada não foi pouco. Eu cheguei em casa chorando várias vezes.

E1: A diferença que eu tinha nessa casa, era que, era mais alimentação. Tinha as frutas, porque o empregado nunca comia frutas, nunca se alimentava, como eles se alimentavam, a diferença nessa casa era essa.

A humilhação significa forçar o rebaixamento de uma pessoa ou grupo, um processo de sujeição que abala e destrói o orgulho, honra ou dignidade. Em seu cerne está a ideia de rebaixamento, de colocar a pessoa ou o grupo no nível do chão, o que acarreta sofrimento psíquico. Situação humilhante é, por definição racional: uma agressão na qual o sujeito (individual ou coletivo) fere, ultraja uma vítima sem que seja possível uma reciprocidade, o que acontecia e ainda acontece com as trabalhadoras domésticas (ANSART, 2005).

E1: Mas eu recebi depois de muito ter que provar que não tinha recebido, que eles não tinham feito o pagamento e eles falando que tinham feito o pagamento, aí foi aquela humilhação. Porque nesses casos, eles não ficam só para eles, sempre passa pra um passa pra outro e a pessoa, é que está sendo afetada, se sente humilhada, se gente baixa, se sente assim um nada, e ali neste momento, eu me senti humilhada porque trabalhei, quando fui fazer a minha cobrança, pegar o meu dinheiro, eles falaram que já tinha me pagado e aí teve aquela, aquele, como que eu posso falar, aquela situação assim, constrangedora.

O relato apresenta vivência de desrespeito, precarização e ameaças. As trabalhadoras domésticas negras são lidas por seus patrões como pessoas indignas de direitos e de respeito. Além das remunerações injustas, por diversas vezes são acusadas de roubo ou colocadas em situações de prova, exigindo estado de vigilância e medo, sentimentos capazes de provocar o adoecimento.

E1: É frustrante quando, é frustrante é humilhante, quando você chega no lugar que as pessoas olham pra você é com olhar de desprezo é frustrante quando você está trabalhando quando você está no seu serviço como empregada doméstica mesmo é frustrante e chegava pessoas, parentes né de, dos patrões e a pele branca, olhava para a gente pelo menos pra mim do pé a cabeça, é às vezes tinha até nojo, quando eu lavava o copo mesmo que dava

água, pegava o copo sem querer tocar na minha mão, enfim porque eu sou negra, porque eu era negra e aí é bem frustrante, bem é terrível.

Presença de sintomas

Em depoimentos as trabalhadoras descrevem o adoecimento com relatos de choro contínuo, cansaço, descontrole, medo, entre outras emoções.

E3: Então eu tive depressão e cheguei a ter um, o médico falou, como é que a gente fala, esqueci agora, síndrome do pânico, foi. Ainda cheguei a tomar remédio faixa preta e hoje eu estou com um problema muito sério de insônia, muito sério mesmo, eu não consigo dormir direito. As vezes em casa eu durmo, mas no meu trabalho eu não consigo dormir.

(Iriar, 2008) relata que as trabalhadoras em serviços domésticos são as que apresentam maiores sintomas de depressão e ansiedade, como tristeza e desânimo, dificuldade de concentração, palpitações e agressividade. Além disso, existe o risco à integridade física, expresso na alta incidência de acidentes ocupacionais não fatais nessa ocupação, estimada em 7,3%, enquanto a incidência entre mulheres que exercem outras ocupações está em 4,5%. Estudos epidemiológicos revelam que sintomas de depressão e ansiedade estão associados ao emprego doméstico (SALES e SANTANA, 2003).

E1: Primeiro que, no início eu sentia muito medo. Eu tive medo de não fazer o meu trabalho certinho, enfim. Eu tive muito medo, porque até então eu não sabia fazer nada e de repente eu sou obrigada a fazer tudo aquilo que eu não fazia.

As mulheres apresentam mais sintomas de desordens depressivas e angústia, com sintomas de ansiedade, humor depressivo, insônia e sintomas psicofisiológicos. Os aspectos relacionados ao trabalho doméstico vinculam-se a sintomas depressivos, ansiosos ou psicossomáticos, também devido a sobrecarga na rotina de tarefas e a desvalorização dessas

Discussão

Os resultados demonstram a relação trabalho doméstico e adoecimento psíquico, com prevalência de narrativas de sobrecarga de trabalho e humilhação. Para (Mantovani e Areosa, 2021) o trabalho doméstico é constituído por diversos marcadores de desigualdade, o primeiro são as relações de gênero que atribuem o cuidado e tudo o que está atrelado a ele como uma aptidão natural das mulheres; o outro é a sua origem na escravidão e a sobrecarga decorrente do esforço físico e mental.

O estudo também apontou que o trabalho doméstico é caracterizado pelo sujeitamento a assumir um cotidiano laboral pesado e muito sobrecarregado, segundo depoimento das trabalhadoras domésticas. Dentre estas atividades devem ser citadas as realizadas em pé como cozinhar, lavar louça, varrer, limpar paredes ou lavar e passar roupas de muita gente como relatado. O posicionamento físico e o grande esforço exigidos para desempenhar essas atividades, provoca a sobrecarga descrita pelas entrevistadas.

O trabalho doméstico está diretamente relacionado ao sofrimento psíquico, decorrente da repetitividade de esforço físico, desvalorização, tensões e sobrecarga dos papéis sociais que a mulher deve cumprir (ARAÚJO, PINHO e ALMEIDA, 2005). As participantes reclamaram acerca do extremo cansaço físico por conta do esforço exigido nas tarefas de trabalho.

Os resultados sugerem que a humilhação é um fator que desencadeia o sofrimento psíquico. Para (Porto, 2008) isso deve-se a pressão psicológica decorrente da assimetria de poder entre empregadores e empregadas, manifesta-se também na pouca autonomia. Se a possibilidade de decidir quando e de que maneira realizar uma tarefa é nula, qualquer desvio dos padrões rigidamente estabelecidos pelas empregadoras é considerado uma falta grave. O que provoca medo de errar nas trabalhadoras. (Costa, 2007) afirma que as trabalhadoras domésticas são descendentes das escravas domésticas. Percebe-se que as trabalhadoras domésticas são submetidas a humilhação, a exploração econômica, a violência sexual e estão sujeitas ao domínio dos patrões. Para (Silva, 2017) o trabalho doméstico é opressivo e sufocante, exercido especialmente por mulheres negras, dependentes de ordens e determinações que, nas casas dos patrões, sofrem por tensões e pressões psicológicas.

Além da sobrecarga e das humilhações, as entrevistadas relataram sintomas como depressão, medo, ansiedade relacionados a sofrimento psíquico. (Tamanini, 2000), aborda o conceito de desgaste identificado nas falas de cansaço e desânimo trazidas por essas mulheres, definindo o como perda da capacidade efetiva, potencial biológico e psíquico, ou seja, o desgaste se dá de forma física e mental.

As trabalhadoras vivenciam sentimentos negativos, como o sentimento de incerteza e sofrimento físico e psíquico para desempenharem o seu trabalho. Diante os relatos, observa-se que consideram o trabalho doméstico uma atividade difícil e desafiadora, onde muitas vezes se sentem sem personalidade, com a subjetividade anulada e adoçadas para desempenharem outros modos de viver e papéis ocupacionais. Desse modo, vivem a sua vida com permanência dos sentimentos de medo, insegurança, ansiedade, depressão e cansaço, desencadeando assim o sofrimento psíquico, se sentem invisíveis e sem o reconhecimento no trabalho, situação que

pode gerar um agravamento à saúde mental. A diminuição da motivação para outros contatos sociais e o surgimento de comportamentos de risco também são possíveis.

Os transtornos mentais comuns (TMC) acometem mais frequentemente as mulheres (PINHO e ARAÚJO, 2012). A baixa gratificação e a falta de visibilidade na realização do trabalho doméstico constituem quadro determinante para esse adoecimento psíquico. Um dos motivos desse desconhecimento social vem da interpretação desse modelo de trabalho como uma mão de obra vista como não-trabalho, invisibilidade na produção social, visto que não tem e não produz valor.

Ainda hoje, o trabalho doméstico não nega sua relação com a escravidão, gerando um condicionamento social extremamente arraigado, de menor valor, introjetado e ainda normalizado. Assim como o racismo vivenciado nesse contexto, traz o questionamento do seu lugar no mundo, dos seus direitos e possibilidades.

Considerações finais

Os resultados do estudo apontam que o trabalho doméstico remete a história escravagista e deixam marcas na vidas dessas trabalhadoras. Nas narrativas das trabalhadoras domésticas negras, o adoecimento psíquico está relacionado ao racismo, adicionado a sobrecarga de trabalho e humilhação tendo como consequências o sofrimento psíquico manifestado em sintomas de ansiedade, depressão e medo, interferindo em suas vivências.

Discutir esse tema é desafiador, já que ao se referir ao trabalho doméstico entre mulheres negras, não há muitos estudos que explicam o contexto histórico desse trabalho e nem as suas consequências para essas mulheres. Mas, nos permite visualizar seus pilares: capitalismo, racismo e sexismo.

É importante provocar a Terapia Ocupacional para discussão do tema, pois o trabalho doméstico é permeado de racismo e adoecimento psíquico, composto por atividades exaustivas que influenciam de forma direta no cotidiano, na rotina e nas ocupações dessas mulheres afetando assim o lazer e a socialização. E cabe, convocar os terapeutas ocupacionais, ao uso das metodologias e instrumentos cabíveis à profissão, para responder às questões sociais e modificá-las.

É estratégico se extrair desses resultados diretrizes orientadoras para pensar formas de acolher essas trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS) e outras políticas públicas, que visem, especialmente, a garantia de direitos e a proteção social, como delineado nas ações do Sistema Único de Assistência Social.

As trabalhadoras domésticas negras são mulheres com identidade, vivências, subjetividades e potencialidades, que precisam ser vistas e valorizadas, no ambiente de trabalho e fora dela. Assim, o trabalho tem como principal objetivo romper com os silenciamentos e denunciar o racismo como determinante nas experiências narradas.

Referências

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, Narrativas e Pesquisa Autobiográfica**. História da Educação, n. 14, p. 79-95, set., 2003. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30223/pdf>> Acesso em: 16 jun. 2022.
- AOTA. **American Occupational Therapy Association**, 2015.
- ARAÚJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães. **Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico**. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. v. 5, n. 3, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/6vSkSdfMXfDsWj9q9RFymcd/?lang=pt>>. Acesso em: 16 ju. 2022.
- ANSART, Pierre. "**As Humilhações Políticas**", *in I. Marson e M. Naxara* (orgs.), *Sobre a Humilhação. Sentimentos, Gestos, Palavras* Uberlândia, EDUFU, p. 15-48, 2005.
- BASTOS, Correa, Ludmila. **Trabalho doméstico, relações de gênero e educação: um estudo com educandas/os da EJA**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- BERNARDINO, Joaze Costa. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 30, n. 1 p. 147-163., 2015. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>>. Acesso em: 4 set 2022.
- BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRITO, J. M. B. (2020). "**Até onde o corpo aguenta somos humanos, depois disso somos bombeiros**": Análise dos riscos psicossociais relacionados à organização e às condições de trabalho bombeiro militar. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- COSTA, Joaze Bernadino. **Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos**. 2007. 287f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/52/TDE-2007-05-17T135336Z-1035/Publico/2007_JoazeBernardinoCosta.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- COSTA, Joaze Bernardino. **Trabalhadoras Domésticas no Brasil: um movimento de resistência e reexistência**. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de

Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007. Disponível em: <<https://cdsa.academica.org/000-066/1041.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2022.

DUARTE, Isabella. **Empregadas Domésticas Negras no Cenário da Pandemia: Aspectos sobre a Vulnerabilidade.** ISSN: 21778337. Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, v. 24, n. 49, p.75 - 92, jul./out. 2020. Disponível em: <<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/441/279>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos.** 2a ed, Global, 2007.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico no século XXI: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da JESUS, Carolina Maria. Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada,** 2016.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein, et al. **Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil.** Ciências & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 165-174, 2008.

MANTONAVI, Emanuele; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. **Trabalho doméstico na pandemia de covid-19: a agudização dos conflitos e contradições.,** 2021. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/20901/1192613451>>.

NUNES, Flávia Maria Espíndola Comin. **Monografia: Depressão. Fortaleza, 2004.** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Frepositorio.ufc.br%2Fbitstream%2Fruifc%2F37792%2F1%2F2004_tcc_fmecnunes.pdf&clen=175290> Acesso em: 12 abr. 2022.

OCAMPO MORÉ, Carmen Leontina Ojeda. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde **Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação Investigação Qualitativa em Ciências Sociais.** Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales, v. 3, 2015.

Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>> Acesso em: 12 abr 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial.** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 116 - 129, 2020.

PEREIRA, Bergman de Paulo. **De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição.** São Paulo: PucSP, 2011 Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/282/CFEMEA_Tensoes_Experiencias_um_Retrato_das_Trabalhadoras_http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf%20%3EDomesticas_Brasilia_Salvador.pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 mai. 2020.

PINHO, P.S. & ARAÚJO, T.M. **Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres.** Rev Bras Epidemiologia. 2012; 15(3): 560-72. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/dxHcftTBL5b8P5YcXmwFwGG/?lang=pt>>. Acesso em: 24 ago. 2022

PNAD contínua. Brasília: Ipea, 2019.

PORTO, Dora. **Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade.** Revista Bioética 2008 v. 16, n. 2, p.: 287 - 303.

Resolução nº 196/96 do **Conselho Nacional de Saúde.** Brasil, 1996. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/comissao/eticapesq.htmIL> >.

ROSENTHAL, Gabriele. **Biographical method: biographical research.** In: C. Seale; G. Gobo; J. F. Gubrium; D. Silverman (Orgs.). Qualitative research practice. London: Sage, p. 48-64, 2004.

SALES Eliane Cardoso; SANTANA Vilma Souza. **Depressive and Anxiety Symptoms Among Housemaids.** American Journal of Industrial Medicine v. 44, p. 685–691, 2003.

SANTANA Vilma Souza; AMORIM Andrea; OLIVEIRA Roberval, XAVIER Shirley, IRIART Jorge ; BELITARDO Liliane. **Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais.** Revista de Saúde Pública, v. 37, n. 1, p. 65-74, 2003.

SANTOS, Flávio Henrique Sousa; SOUSA, Mireli Luzia Santos; JUNIOR, Antoniassi Junior. **Mulheres Trabalhadoras Domésticas.** Rev.Psicol Saúde e Debate. Jun v. 7, n. 1, 362-375, 2021. Disponível em: < <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/767/488> >. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS. F, P; DAVEL, E, P, B. **Métodos biográficos para a pesquisa em administração: princípios, potencialidades, práticas e desafios.** REAd | Porto Alegre – v. 27, n. 2, p. 430-461, Maio / Agosto 2021.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patricia; SUSIN, Priscila. **Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira. Revisão e perspectivas.** Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, p. 359-382, 2014. ISSN: 1519-6089. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74231120011>. Acesso em: 3 de out. 2021.

SANTOS, Maria Heloísa Lima. **A Representação da Mulher Negra no Trabalho.** XIII Encontro Estadual de História - História e Mídias: Narrativas em Disputa, 2020. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.encontro2020.pe.anpuh.org%2Fresources%2Fanais%2F22%2Fanpuh-pe-eeh2020%2F1595698682_ARQUIVO_a4913e40a10d3b45af77e125b1544143.pdf&clen=473352&chunk=true >. Acesso em: 10 abr. 2022.

SANTANA Vilma Souza, AMORIM Andrea, OLIVEIRA Roberval, XAVIER Shirley, IRIART Jorge ; BELITARDO Liliane. **Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais.** Revista de Saúde Pública, v. 37, n. 1, p. 65-74, 2003.

SILVA, Bruna Gabriella Santiago; ARAUJO, Manuela, Aguiar Damião; SPOSATO, Karyna Batista. **“Eu Empregada Doméstica”: As Reminiscências da Escravização no Emprego Doméstico no Brasil.** Revista de Direito, ISSN 2527-0389, v.13, n.02, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/11428/6645> >. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, Maciel Henrique. **Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador.** Jundiaí, SP: Resenhas. Rev. Bras. Hist. v. 37, n. 75, May-Aug 2017. Disponível em: <
[https://www.scielo.br/j/rbh/a/5rmL6w6fhX6fCtcsrmvBNyp](https://www.scielo.br/j/rbh/a/5rmL6w6fhX6fCtcsrmvBNyp/?lang=pt#)
[/?lang=pt#](https://www.scielo.br/j/rbh/a/5rmL6w6fhX6fCtcsrmvBNyp/?lang=pt#)>. Acesso em: 22 jul. 2022.

TAMANINI, M. **O processo saúde/doença das empregadas domésticas: gênero, trabalho e sofrimento.** Revista de Ciências Humanas, ed. Especial Temática, p. 49-69, Florianópolis, 2000.

WATKINS, D. C. (2012). **Qualitative research: The importance of conducting research that doesn't "count".** Health Promotion Practice, 13(2), 153–158. Disponível em: <
<https://doi.org/10.1177/1524839912437370>>.

ANEXOS

O artigo segue as normas da Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC).

Disponível em: < <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/about/submissions> >.

Condições para submissão

- Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.
- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
- Onde disponível, os URLs para as referências foram fornecidos.
- O texto está fonte Times New Roman tamanho 12, com espaço entrelinhas de 1,5, alinhamento justificado, recuo da primeira linha do parágrafo de 1,25cm; as figuras e tabelas estão inseridas no texto.
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
- **ATENÇÃO AO SUBMETER SEU TEXTO PARA A REVISTA!**
Os trabalhos que não cumprirem as DIRETRIZES PARA AUTORES (ENVIO DE ARTIGOS), bem como, o preenchimento dos METADADOS, tais como: Título apenas a primeira letra em maiúsculo (NÃO INSERIR EM MAIÚSCULO TOTAL); palavras-chave, dados de todos os autores e os demais campos de indexação, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. Submissões que não usarem o MODELO DE ARTIGOS disponível na página da RBIC terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. É obrigatório a inclusão do histórico escolar do aluno/autor. Todo trabalho que não seguir rigorosamente as normas de submissão, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS!
- As submissões podem ser feitas continuamente. Os trabalhos submetidos devem ser artigos técnico-científicos, elaborados por estudantes de cursos técnicos ou alunos de graduação, sendo obrigatória a participação de professor/orientador como autor. Deve-se incluir como documento suplementar histórico escolar do/a primeiro/a

autor/a

Caso a submissão seja feita por egresso de curso técnico ou superior, esta somente poderá ser feita até 4 meses após a conclusão do curso.

- Entende-se como autor todo aquele que tenha efetivamente participado da concepção do estudo, do desenvolvimento, análise e interpretação dos dados e da redação final. O número total de autores é quatro, incluindo o professor/orientador. É permitida a participação de no MÁXIMO 2 professores/orientadores por artigo.
- Idiomas: os artigos poderão ser redigidos em português, espanhol ou inglês.
- Todos os autores do artigo devem ser identificados no ato da submissão. Em NENHUMA hipótese serão acrescentados nomes após o início da avaliação. A inclusão ou exclusão de autores depois da primeira submissão é motivo para rejeição e arquivamento do artigo .
- Será respeitado o prazo de 12 meses para que seja publicado outro artigo do mesmo autor.
- A submissão está de acordo com o Código de Boas Práticas Científicas publicado pela FAPESP (2014), disponível em: http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf - acesso 19. nov. 2015.
- O artigo respeita a ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, conforme a resolução CNS 07/2016 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. De acordo com a Resolução nº 466/12 e a Resolução n. 510/16, “toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)”, de forma que, caso receba sua aprovação, possa ser iniciada em seguida a coleta de dados, conforme prevê a resolução.

A aprovação em comitê específico (Comitê de Ética em Pesquisa - CEP) sobre a qual o artigo se refere é de inteira responsabilidade dos autores.

É obrigatório indicar na metodologia as informações sobre a aprovação no CEP.

É obrigatório incluir em documentos suplementares o documento de aprovação da pesquisa pelo CEP.

RESOLUÇÃO Nº 510, 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma

definida nesta Resolução. Parágrafo único.

Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual;

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1 Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2 Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

- O artigo tem, no máximo, 04 autores, incluindo a participação de um professor orientador. Cada artigo deve ter no máximo 2 professores/orientadores como autores. Trabalhos com mais do que 2 professores serão arquivados.
- Será incluído o histórico escolar do/a primeiro/a autor/a em documento suplementar
- Salientamos que plágio acadêmico em qualquer nível é crime, fere a legislação brasileira no artigo 184 do Código Penal e no artigo 7º parágrafo terceiro da lei 9.610-98 que regulamente o direito autoral, constituindo-se assim matéria cível e penal.

Todos os artigos antes de serem enviados para avaliação dos pareceristas são verificados no CopySpider.

- É obrigatório a inclusão do ORCID de todos os autores no artigo e também no metadados.

Importante frisar que os autores devem incluir o orcid com a seguinte configuração

<https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

O ORCID (Open Researcher and Contributor ID) é um identificador digital único e gratuito que distingue um acadêmico/pesquisador.

Faça seu cadastro em <https://orcid.org/>

- O arquivo da submissão está no MODELO DE ARTIGO da RBIC, disponível na página da revista
- A Revista declara que os conceitos e posicionamentos emitidos nos textos publicados são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do Corpo Editorial desta revista.
- A correção ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade de cada autor.
- A veracidade das informações e das citações bibliográficas é de responsabilidade exclusiva dos autores.
- Professores/orientadores que tenham artigos em processo de revisão, em que foram solicitadas alterações por parte dos pareceristas e que essas alterações não foram realizadas num prazo de no máximo dois meses, sem explicação, não poderão realizar nova submissão até regularização da submissão anterior. Todas as novas submissões do professor/orientador nesse caso serão arquivadas até a conclusão das revisões.

Diretrizes para Autores

FAVOR LEIA COM ATENÇÃO O TEXTO WAGER, Elizabeth e KLEINERT, Sabine. Publicação responsável de pesquisa: padrões internacionais para autores. *Cad. Pesqui.* [online]. 2014, vol.44, n.151 [citado 2020-08-03], pp.219-226. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000100012&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1574. <https://doi.org/10.1590/198053142845>.

RESUMO

- A pesquisa relatada deve ter sido conduzida de forma ética e responsável e deve cumprir toda a legislação pertinente.

- Pesquisadores devem apresentar os resultados obtidos de forma clara, honesta e sem fabricação, falsificação ou manipulação inapropriada de dados.
- Pesquisadores devem se esforçar para descrever de forma clara e inequívoca os métodos utilizados, a fim de que os resultados possam ser confirmados por outros.
- Pesquisadores devem cumprir requisitos de publicação de que o trabalho apresentado é original, não é plágio e não foi publicado anteriormente.
- Autores devem assumir a responsabilidade coletiva por trabalhos submetidos e publicados.
- A autoria das publicações de pesquisa deve refletir com precisão as contribuições de indivíduos para o trabalho desenvolvido e seu relato.
- Fontes de financiamento e conflitos de interesse relevantes devem ser divulgados.

A PUBLICAÇÃO É A FASE FINAL DA PESQUISA e, portanto, responsabilidade de todos os pesquisadores. Espera-se que publicações acadêmicas forneçam um registro detalhado e duradouro da pesquisa. Devido ao fato de que as publicações formam a base tanto para novas pesquisas como para aplicação dos resultados, elas podem afetar não apenas a comunidade de pesquisa, mas também, indiretamente, a sociedade em geral. Assim, os pesquisadores têm a responsabilidade de assegurar que suas publicações são honestas, claras, precisas, completas e equilibradas, e devem evitar relatórios enganosos, seletivos ou ambíguos. Editores de periódicos também têm responsabilidades para assegurar a integridade da literatura de pesquisa, como se estabelece em diretrizes correlatas.

Este documento visa a estabelecer padrões internacionais para autores de publicações de pesquisa acadêmica e a descrever práticas responsáveis de relatórios de pesquisa. Espera-se que essas normas sejam endossadas por instituições de pesquisa, financiadores e sociedades profissionais, sejam promovidas por editores e companhias editoras, e que ajudem na formação para a integridade na pesquisa.

PUBLICAÇÃO RESPONSÁVEL DE PESQUISA

1. CONSISTÊNCIA E CONFIABILIDADE

1.1. A pesquisa relatada deve ter sido conduzida de forma ética e responsável e deve respeitar toda a legislação relevante. [Ver também a Declaração de Cingapura sobre Integridade em Pesquisa, disponível em inglês em: <www.singaporestatement.org>]

1.2. A pesquisa relatada deve ser sólida e cuidadosamente executada.

1.3. Pesquisadores devem usar métodos adequados de análise de dados e visualização (se necessário, devem buscar e seguir conselhos de especialistas sobre o tema).

1.4. Autores devem assumir a responsabilidade coletiva pelo seu trabalho e pelo conteúdo de suas publicações. Pesquisadores devem checar suas publicações cuidadosamente em todas as etapas para assegurar que métodos e resultados sejam relatados com precisão. Os autores devem verificar cuidadosamente os manuscritos, cálculos, apresentações de dados, submissões e provas.

2. HONESTIDADE

2.1. Pesquisadores devem apresentar os resultados de forma honesta e sem fabricação, falsificação ou manipulação inapropriada de dados. Imagens de pesquisa (por exemplo, micrografias, raios-X, imagens de géis de eletroforese) não devem ser modificadas de forma enganosa.

2.2. Pesquisadores devem se esforçar para descrever seus métodos e apresentar seus resultados de forma clara e inequívoca. Os pesquisadores devem seguir as diretrizes aplicáveis de elaboração de relatórios. Publicações devem fornecer detalhes suficientes para permitir que experimentos sejam repetidos por outros pesquisadores.

2.3. Relatórios de pesquisa devem ser completos. Não devem omitir resultados ou conclusões inconvenientes, inconsistentes ou inexplicáveis que não corroborem as hipóteses ou interpretações de autores ou patrocinadores.

2.4. Financiadores e patrocinadores da pesquisa não devem ter o poder de vetar a publicação de resultados que não favoreçam seu produto ou posição. Os pesquisadores não devem aceitar contratos que permitam ao patrocinador da pesquisa vetar ou controlar a publicação dos resultados (salvo se houver circunstâncias excepcionais, como a pesquisa ser classificada pelos governos como de segurança nacional).

2.5. Autores devem alertar o editor tão logo descubram um erro em qualquer trabalho submetido, aceito ou publicado. Os autores devem cooperar com os editores na divulgação de correções ou retratações, quando necessário.

2.6. Autores devem mencionar o trabalho de outras pessoas com precisão em referências e citações.

2.7. Autores não devem copiar referências de outras publicações, caso não tenham lido a obra citada.

3. EQUILÍBRIO

3.1. Novos resultados devem ser apresentados no contexto das pesquisas anteriores. O trabalho de outras pessoas deve ser mencionado de maneira justa. Revisões de literatura e sínteses acadêmicas de pesquisas existentes devem ser completas, equilibradas e devem incluir os resultados independentemente de corroborarem a hipótese ou a interpretação que está sendo proposta. Editoriais ou artigos de opinião que apresentem um único ponto de vista ou argumento devem ser claramente diferenciados de revisões acadêmicas.

3.2. As limitações do estudo devem ser abordadas nas publicações.

4. ORIGINALIDADE

4.1. Os autores devem cumprir os requisitos de publicação de que o trabalho apresentado é original e não foi publicado anteriormente em outro idioma. O trabalho não deve ser submetido simultaneamente a mais de uma publicação, a menos que os editores tenham concordado com a coedição. Se os artigos forem coeditados, tal fato deve ser esclarecido aos leitores.

4.2. Leis e convenções aplicáveis sobre direitos autorais devem ser respeitadas. Material protegido (por exemplo, tabelas, figuras ou citações extensas) deve ser reproduzido apenas com a devida permissão e agradecimento.

4.3. Trabalhos relevantes e publicações anteriores, tanto de outros pesquisadores como de própria autoria, devem ser devidamente reconhecidos e referenciados. A literatura primária deve ser citada, quando possível.

4.4. Dados, textos, figuras ou ideias originadas de outros pesquisadores devem ser devidamente reconhecidos e não devem ser apresentados como se fossem de autoria própria. Redação original, tomada diretamente de publicações de outros pesquisadores, deve aparecer entre aspas com as citações devidas.

4.5. Autores devem informar aos editores se os resultados tiverem sido publicados anteriormente, ou se vários relatórios ou múltiplas análises de um único conjunto de dados estiverem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Os autores devem fornecer cópias de publicações relacionadas ou trabalhos submetidos a outros periódicos.

4.6. Várias publicações resultantes de um único projeto de pesquisa devem ser claramente identificadas como tal e a publicação primária deve ser referenciada. Traduções e adaptações para diferentes públicos devem ser claramente identificadas como tais, devem reconhecer a fonte original e respeitar as convenções relevantes de direitos autorais e requisitos de permissão. Em caso de dúvida, os autores devem solicitar a autorização da editora original antes de republicar qualquer trabalho.

5. TRANSPARÊNCIA

5.1. Todas as fontes de financiamento da pesquisa, incluindo apoio financeiro direto e indireto, fornecimento de equipamentos ou materiais e outros tipos de apoio (tais como especialista em estatística ou assistência na redação), devem ser divulgadas.

5.2. Autores devem revelar o papel de financiador(es) ou patrocinador(es) da pesquisa, se houver, em relação a concepção, execução, análise, interpretação e elaboração de relatórios da pesquisa.

5.3. Autores devem revelar interesses e relações financeiras e não financeiras relevantes que possam ser considerados susceptíveis de afetar a interpretação de seus resultados, ou que possam razoavelmente interessar a editores, avaliadores ou leitores. Isso inclui qualquer relação com o periódico, por exemplo, caso os editores publiquem suas pesquisas em sua

própria revista. Além disso, os autores devem respeitar os requisitos institucionais e do periódico para a divulgação de interesses conflitantes.

6. AUTORIA E AGRADECIMENTOS APROPRIADOS

6.1. A literatura de pesquisa serve como um registro não apenas do que foi descoberto, mas também de quem fez a descoberta. A autoria de publicações de pesquisa deve refletir com precisão as contribuições dos indivíduos para o trabalho e sua comunicação.

6.2. Nos casos em que os principais colaboradores são listados como autores, enquanto aqueles que fizeram contribuições menos substanciais, ou puramente técnicas, para a pesquisa ou para a publicação são listados em uma seção de agradecimento, os critérios de autoria e reconhecimento devem ser previamente combinados no início do projeto. O ideal é que critérios de autoria sobre um tema particular sejam combinados, publicados e consistentemente aplicados por instituições de pesquisa, associações profissionais e acadêmicas, e também por financiadores. Enquanto editores de periódicos devem publicar e promover critérios de autoria aceitos e apropriados para seu campo, não se pode esperar que os editores solucionem disputas de autoria. A responsabilidade pela correta atribuição de autoria recai sobre os próprios autores, que trabalham sob as diretrizes de sua instituição. As instituições de pesquisa devem promover e manter os padrões justos e aceitos de autoria e agradecimento. Quando necessário, as instituições devem julgar disputas de autoria e garantir que as decisões sejam respeitadas.

6.3. Os pesquisadores devem assegurar que apenas aqueles que cumpram os critérios de autoria (isto é, que deram uma contribuição substancial para o trabalho) sejam recompensados com a autoria e que autores mercedores não sejam omitidos. Instituições e editores de periódicos devem incentivar práticas que previnam autoria convidada, premiada e autoria fantasma.

Nota:

- autores convidados são aqueles que *não* cumprem os critérios de autoria aceitos, mas são listados como autores devido a sua antiguidade, reputação ou suposta influência;
- autores premiados são aqueles que *não* satisfazem os critérios de autoria aceitos, mas são incluídos como um favor pessoal ou em troca de pagamento;

- autores fantasmas são aqueles que satisfazem os critérios de autoria, mas não estão listados.

6.4. Todos os autores devem concordar em serem incluídos e devem aprovar as versões apresentadas e aceitas da publicação. Qualquer alteração na lista de autores deve ser aprovada por todos os autores, inclusive por qualquer um que tenha sido removido da lista. O autor correspondente deve agir como um ponto de contato entre o editor e os demais autores, e deve manter os coautores informados e envolvê-los nas principais decisões sobre a publicação (por exemplo, ao responder os comentários dos revisores).

6.5. Autores não devem utilizar os agradecimentos enganosamente para implicar uma contribuição ou aprovação por indivíduos que, de fato, não tenham se envolvido com o trabalho ou não tenham dado seu aval.

7. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIDADE

7.1. Todos os autores devem ter lido e estar familiarizados com o trabalho relatado e devem assegurar que as publicações sigam os princípios estabelecidos nestas diretrizes. Na maioria dos casos, os autores deverão assumir a responsabilidade conjunta para a integridade da pesquisa e de sua comunicação. No entanto, se os autores assumem a responsabilidade apenas para certos aspectos da pesquisa e seu relatório, isso deve ser indicado na publicação.

7.2. Autores devem trabalhar com o preparador de texto ou editor para corrigir seu trabalho rapidamente se erros ou omissões forem descobertos após a publicação.

7.3. Autores devem respeitar as convenções, requisitos e regulamentos pertinentes para disponibilizar materiais, reagentes, *software* ou conjunto de dados para outros pesquisadores que os solicitem. Pesquisadores, instituições e financiadores devem ter políticas claras para lidar com tais solicitações. Os autores também devem seguir os padrões relevantes do periódico. Embora seja esperado o agradecimento adequado, pesquisadores não devem exigir autoria como condição para compartilhar materiais.

7.4. Autores devem responder adequadamente aos comentários após a publicação e às correspondências publicadas. Devem procurar responder às perguntas dos correspondentes e fornecer esclarecimento ou detalhes adicionais, quando necessário.

8. ADESÃO À REVISÃO POR PARES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

8.1. Autores devem atender às exigências das editoras de que o trabalho não seja submetido para consideração a mais de uma publicação ao mesmo tempo.

8.2. Autores devem informar o editor se retirarem seu trabalho da avaliação, ou optarem por não responder aos comentários dos avaliadores depois de receber um aceite condicional.

8.3. Autores devem responder aos comentários dos avaliadores e revisores de maneira profissional e em tempo hábil.

8.4. Os autores devem respeitar as solicitações dos editores para restrições de publicação e, de modo geral, não devem permitir que seus resultados sejam noticiados na imprensa se foram aceitos (mas ainda não publicados) em uma publicação científica. Autores e suas instituições devem colaborar e cooperar com as editoras para coordenar as atividades de mídia sobre a publicação (por exemplo, *press releases* e conferências de imprensa). *Press releases* devem refletir fielmente o trabalho e não devem incluir declarações que vão além dos resultados da pesquisa.

9. DIVULGAÇÃO RESPONSÁVEL DE PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS OU ANIMAIS

9.1. Antes do início da pesquisa, devem ser obtidos aprovação, autorização ou registro apropriados e os detalhes devem ser fornecidos no relatório (por exemplo, Conselho de Revisão Institucional, aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, autoridades nacionais para autorização de uso de animais).

9.2. Caso seja solicitado pelos editores, os autores devem fornecer provas de que a pesquisa relatada recebeu a devida aprovação e foi realizada de forma ética (por exemplo, cópias de autorizações, licenças, formulários de consentimento dos participantes).

9.3. Os pesquisadores não devem, por via de regra, publicar ou compartilhar dados individuais identificáveis coletados no curso da pesquisa sem o consentimento específico do indivíduo (ou de seu representante). Pesquisadores devem ter em consideração que muitos periódicos científicos estão agora disponíveis gratuitamente na internet, portanto devem estar

atentos para não causar dano ou aborrecimento a leitores não usuais (por exemplo, os participantes da pesquisa ou seus familiares que se reconheçam a partir de estudos de caso, descrições, imagens ou *pedigrees*).

9.4. As análises estatísticas apropriadas devem ser determinadas no início do estudo e um plano para a análise de dados para resultados previamente especificados deve ser preparado e cumprido. Análises secundárias ou posteriores devem ser diferenciadas de análises primárias e daquelas estabelecidas no plano de análise de dados.

9.5. Pesquisadores devem publicar todos os resultados significativos da pesquisa que possam contribuir para o entendimento. Em especial, há uma responsabilidade ética de publicar os resultados de todos os ensaios clínicos. A publicação de estudos ou experimentos malsucedidos que rechaçaram a hipótese pode ajudar a evitar que outras pessoas percam tempo e recursos em projetos semelhantes. Se os resultados de pequenos estudos e daqueles que não conseguiram atingir resultados estatisticamente significativos puderem ser combinados para produzir informações mais úteis (metanálise, por exemplo), tais resultados devem ser publicados.

9.6. Se solicitado, os autores devem fornecer os protocolos de pesquisa para editores de periódicos (por exemplo, quanto a ensaios clínicos), de modo que os avaliadores e editores possam comparar o relatório de pesquisa com o protocolo para verificar se foi realizada conforme o planejado e se detalhes relevantes não foram omitidos. Os pesquisadores devem cumprir os requisitos relevantes para registro de ensaios clínicos e devem incluir o número de registro de ensaio em todas as publicações decorrentes.

DIRETRIZES PARA AUTORES

ATENÇÃO AO SUBMETER SEU TEXTO PARA A REVISTA!

Os trabalhos que não cumprirem as DIRETRIZES PARA AUTORES (ENVIO DE ARTIGOS), bem como, o preenchimento dos METADADOS, tais como: Título apenas a primeira letra em maiúsculo (NÃO INSERIR EM MAIÚSCULO TOTAL); palavras-chave, dados de todos os autores e os demais campos de indexação, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. Submissões que não usarem o MODELO DE ARTIGOS disponível na página da RBIC terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. É obrigatório a inclusão do

histórico escolar do aluno/autor. Todo trabalho que não seguir rigorosamente as normas de submissão, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS!

As submissões podem ser feitas continuamente. Os trabalhos submetidos devem ser artigos técnico-científicos, elaborados por estudantes de ensino médio, cursos técnicos ou alunos de graduação, sendo obrigatória a participação de professor/orientador como autor. Deve-se incluir como documento suplementar histórico escolar do/a primeiro/a autor/a

Caso a submissão seja feita por egresso de curso técnico ou superior, esta somente poderá ser feita até 4 meses após a conclusão do curso.

Somente são aceitos artigos inéditos, que não tenham sido publicados em outros periódicos.

Entende-se como autor todo aquele que tenha efetivamente participado da concepção do estudo, do desenvolvimento, análise e interpretação dos dados e da redação final. O número total de autores é quatro, incluindo o professor/orientador. É permitida a participação de no MÁXIMO 2 professores/orientadores por artigo.

Idiomas: os artigos poderão ser redigidos em português, espanhol ou inglês.

Todos os autores do artigo devem ser identificados no ato da submissão. Em NENHUMA hipótese serão acrescentados nomes após o início da avaliação. A inclusão ou exclusão de autores depois da primeira submissão é motivo para rejeição e arquivamento do artigo .

Será respeitado o prazo de 12 meses para que seja publicado outro artigo do mesmo autor. No caso de professor/orientador é possível publicar no máximo 2 artigos por ano.

Cabe exclusivamente aos autores verificarem, via sistema, o status do artigo. Os editores não respondem emails sobre o andamento das avaliações.

A submissão está de acordo com o Código de Boas Práticas Científicas publicado pela FAPESP (2014), disponível em: http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf - acesso 19. nov. 2015.

O artigo respeita a ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, conforme a resolução CNS 07/2016 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

FORMATO

Deve-se submeter um trabalho somente em *.doc ou *.docx de acordo com o MODELO DE ARTIGO disponível no site.

Para editar o artigo, você deve fazer o download do TEMPLATE para seu computador <https://drive.google.com/file/d/1E2qrwcN89TIR0dW16Oi1n5mkXO1ar048/view?usp=sharing>

A Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC) passará a adotar a partir de 2021 a PUBLICAÇÃO CONTÍNUA. Esta questão já vinha sendo analisada há algum tempo pelos editores, no sentido de agilizar a publicação dos artigos aprovados. Esperamos, que juntamente com outras medidas possamos elevar a nossa classificação perante o Qualis.

A publicação em fluxo contínuo é uma tendência em revistas digitais e visa dar maior agilidade ao processo de publicação e difusão dos artigos aprovados.

Com a aplicação do fluxo contínuo, a edição do ano corrente permanecerá aberta (In progress) e, à medida que os artigos forem aprovados e aceitos pelos pareceristas, serão inseridos na edição. Não há fascículos, nem periodicidade, publicaremos os artigos aprovados em uma edição anual.

Com isso, o fluxo de artigos será acelerado, aumentando o tempo de exposição do material, o que dará maior visibilidade a revista e aos trabalhos publicados por meio de citações

PREENCHIMENTO DOS METADADOS DE SUBMISSÃO

- Ao se cadastrar e submeter o manuscrito, solicitamos atenção para o preenchimento dos metadados desta submissão. Como adotamos três idiomas na revista (português / inglês / espanhol), os dados desses idiomas deverão também ser preenchidos nestes idiomas.

- Observe o preenchimento correto, fazendo a leitura nas caixas da submissão.
 - Não colocar o texto em caixa alta, bem como as palavras-chave.
 - Adicione informações adicionais para sua submissão, no caso as palavras-chave. Pressione 'Enter' depois de cada termo.
 - Os metadados e exemplificados seguem abaixo com as devidas instruções:
- o Título: Se o título do livro começar com "Um" ou "O" (ou algo similar na ordem alfabética) coloque a palavra no prefixo. Não colocar título em CAIXA ALTA.
- o Resumo: Incluir o resumo em português e inglês com até 100 palavras.
- o Área do Conhecimento*: Insira a área de conhecimento da temática (Educação).
- o Palavras-chave*: Inclua até 5 palavras-chave. Inicial de cada uma em maiúsculo (Separadas. Por. Ponto. Máximo. Cinco.).
- o Agências de fomento: Não é obrigatório, mas se quiser colocar a agência e o processo é neste campo que se inclui. (Ex.: FAPESP – Processo n.2020/000000).

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1- A contribuição é original e inédita, e NÃO foi publicado em outro veículo (revista, periódico, sites, jornal eletrônico, anais de congresso, dentre outros).

2 - O arquivo da submissão está no MODELO DE ARTIGO.

3 - O arquivo submetido está em *.doc, *.docx. O arquivo não pode estar em PDF.

4 - Os autores leram o Código de Boas Práticas Científicas publicado pela FAPESP (2014), disponível em:

http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf
- acesso 19. nov. 2015.

5 - Entendo que estou submetendo o artigo para publicação na Revista Brasileira de Iniciação Científica e, se fizer a submissão a outro veículo (periódico, livro etc.) depois de iniciada a avaliação por pares, ou se resolver publicar meu artigo em outro meio de comunicação científica após receber a carta de "aceito" ou "aceito com modificações", o título do artigo, meu nome (e dos coautores, se houver) e minha filiação institucional serão publicados na seção RETRAÇÃO.

6 - O artigo tem, no máximo, 04 autores, incluindo a participação de um professor orientador. Cada artigo deve ter no máximo 2 professores/orientadores como autores. Trabalhos com mais do que 2 professores serão arquivados.

7 - Inclui neste sistema o nome completo, email, instituição de todos os autores.

8 - O título do trabalho no metadados não pode estar em caixa alta.

9 - O artigo respeita a ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, conforme a resolução CNS 07/2016 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

A aprovação em comitê específico (Comitê de Ética em Pesquisa - CEP) sobre a qual o artigo se refere é de inteira responsabilidade dos autores. Deve ser indicado em nota no corpo de artigo.

- Todo e qualquer projeto de pesquisa, que seja relativo a seres humanos (direta ou indiretamente), deve ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Incluem os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas e epidemiológicas. Todo e qualquer projeto de pesquisa, que seja relativo a seres humanos (direta ou indiretamente), deve ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme definido na Resolução 466/2012. Incluem os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas e epidemiológicas.
- RESOLUÇÃO Nº 510, 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma

definida nesta Resolução. Parágrafo único.

Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual;

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

- 1 Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;
- 2 Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP

10 - Será incluído o histórico escolar do/a primeiro/a autor/a em documento suplementar

11 - Caso a submissão seja feita por egresso de curso técnico ou superior, esta somente poderá ser feita até 4 meses após a conclusão do curso.

12 - Entende-se como autor todo aquele que tenha efetivamente participado da concepção do estudo, do desenvolvimento, análise e interpretação dos dados e da redação final.

13 - Idiomas: os artigos poderão ser redigidos em português, espanhol ou inglês.

14 - Todos os autores do artigo devem ser identificados no ato da submissão. Em NENHUMA hipótese serão acrescentados nomes após o início da avaliação. A inclusão ou exclusão de autores depois da primeira submissão é motivo para rejeição e arquivamento do artigo .

15 - Será respeitado o prazo de 12 meses para que seja publicado outro artigo do mesmo autor.

16 - A Revista declara que os conceitos e posicionamentos emitidos nos textos publicados são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do Corpo Editorial desta revista

17 - A correção ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade de cada autor.

18 - A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto publicado são da responsabilidade do autor.

19 - Estou ciente dos termos da “Declaração de ética e boas práticas da publicação” descritos na seção Políticas da revista.

20 - A veracidade das informações e das citações bibliográficas é de responsabilidade exclusiva dos autores.

21 - Salientamos que plágio acadêmico em qualquer nível é crime, fere a legislação brasileira no artigo 184 do Código Penal e no artigo 7º parágrafo terceiro da lei 9.610-98 que regulamente o direito autoral, constituindo-se assim matéria cível e penal.

22 - Todos os artigos antes de serem enviados para avaliação dos pareceristas são verificados no CopySpider.

23 - É obrigatório a inclusão ORCID de todos os autores. O ORCID (Open Researcher and Contributor ID) é um identificador digital único e gratuito que distingue um acadêmico/pesquisador. Faça seu cadastro em <https://orcid.org/>. Para inclusão do endereço de ORCID é obrigatório incluir da seguinte forma <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

livros e outras monografias (AUTOR, A. Título do livro. número da edição ed., Cidade: Editora, número de páginas p.);

capítulos de livros (AUTOR, A. Título do capítulo. *In*: AUTOR, A. Título do livro. Cidade: Editora, Ano. p. xx-xx);

dissertações e teses (AUTOR, A. Título da tese ou dissertação. [incluir o nome do orientador]. Ano de defesa. Número de folhas f. tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, - indicar o curso/programa [exemplo, Mestrado em Educação] etc.), o grau, a vinculação acadêmica, o local e a data da defesa);

artigos em periódicos (AUTOR, A. Título do artigo. Nome do periódico, Cidade, v. volume, n. número, p.X-Y, Ano). Disponível em: link. Acesso em: data – mês abreviado, exceto maio - ano; Exemplo: Acesso em: 10 mar. 2019. DOI: trabalho publicado em Anais de congresso ou similar (AUTOR, A. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO, número da edição ed., ano. Anais [...] Cidade: Instituição. p.X-Y). Disponível em: link. Acesso em: data – mês abreviado, exceto maio - ano;

Exemplos

Citando um artigo de revista científica:

ALMEIDA, W. R. A. Uniforme escolar e uniformização dos corpos. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 10, n. 22, p. 9-22, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6134>

BRAZÃO, J. P. G.; OLIVEIRA, A. L.; DIAS, A. F. University students' voices on sexual and gender diversity, their relationship with coeducation and pedagogical innovation: a comparative study at the University of Madeira (Portugal) and the Federal University of Sergipe (Brazil). *Journal of Research and Knowledge Spreading*, v. 2, n. 1, e12445, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20952/jrks2112445>

CARDOSO, L. R.; BERTOLDO, T. A. T.; SANTOS, L. B. A. Gênero e sexualidade na formação docente: um mapeamento das pesquisas entre Norte e Nordeste. *Revista on line de*

Política e Gestão Educacional, v. 24, n. esp. 3, p. 1743-1764, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp3.14092>

Dissertações teses:

PIRES, M. A. Gênero e sexualidade nos currículos de formação em Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2021.

SANTOS CRUZ, J. A. Gestão do conhecimento e gestão editorial: qualificadores da avaliação de periódicos da Área de Educação. Orientador: Prof. Dr. José Luís Bizelli.

2020. 282 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2021.

Citando Livro:

BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 171 p.

GARCIA, R. L. Para quem investigamos – para quem escrevemos: reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador. In: MOREIRA, A. F. *et al.* Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Outros exemplos: BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Portaria n. 96, de 18 de julho de 2013. Regulamenta o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Brasília, DF, 23 jul. 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30798135/do1-2013-07-23-portaria-n-96-de-18-de-julho-de-2013-30798127. Acesso em: 20 ago. 2013.

20. Não utilizar travessão (_____) e sim repetir o nome do autor, quando houver mais de uma referência.

21. O não cumprimento dos itens destacados, acarretará a recusa automática da submissão.

Processo e tempo da Avaliação: Os originais submetidos passam por três fases de avaliação. A primeira consiste na triagem realizada pela equipe da revista que examina se o texto segue as normas estipuladas nas “Diretrizes para Autores” bem como o correto preenchimento do Metadados da Submissão – qualquer incoerência nesta etapa já é motivo para o arquivamento do texto submetido. A segunda, uma avaliação preliminar feita pelo Comitê Editorial que visa identificar a adequação do trabalho à linha editorial da revista e seu potencial para publicação. A terceira fase é uma avaliação duplo-cega que avalia a contribuição e a qualidade do artigo para a área do conhecimento. A decisão final volta ao Comitê Editorial. Em média o processo de avaliação dura 8 meses.

ATENÇÃO AO SUBMETER SEU TEXTO PARA A REVISTA!

Os trabalhos que não cumprirem as DIRETRIZES PARA AUTORES (ENVIO DE ARTIGOS), bem como, o preenchimento dos METADADOS, tais como: Título apenas a primeira letra em maiúsculo (NÃO INSERIR EM MAIÚSCULO TOTAL); palavras-chave, dados de todos os autores e os demais campos de indexação, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. Submissões que não usarem o MODELO DE ARTIGOS disponível na página da RBIC terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. É obrigatório a inclusão do histórico escolar do aluno/autor. Todo trabalho que não seguir rigorosamente as normas de submissão, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS!

Artigos

Política padrão de seção

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.